



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO – CAU/ES**

ATA DA 42ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

- 1 **Início:** 19h.....
- 2 **Término:** 22h15min.....
- 3 **Local:** Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP:
- 4 29050-690.....
- 5 **Presenças:** Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho** (Presidente). **Conselheiros**
- 6 **Estaduais:** Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**, Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer**,
- 7 Arq. e Urb. **André Luiz de Souza**, Arq. e Urb. **André Tomoyuki Abe**, Arq. e Urb. **Marco**
- 8 **Antônio Cypreste Romanelli**, Arq. e Urb. **Paulo César Mendes Glória** e Arq. e Urb. **Regina**
- 9 **Márcia Costa Signorelli**. **Convidados:** Arq. e Urb. **Clemir Regina Pela Meneghel**, Arq. e
- 10 Urb. **Elisa Melo Oliveira**, Arq. e Urb. **Mônica Fittipaldi Binda**, Arq. e Urb. **Vivian Coser Sette**
- 11 **Ferraço** (conselheiras suplentes), Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro** (Presidente do
- 12 Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Espírito Santo – Sindarq-ES) e Arq. e Urb. **Maria de**
- 13 **Lourdes da Silva Oliveira**. **Assessoria ao Plenário:** **Patricia Cordeiro**. **Secretaria:** **Wiviane**
- 14 **Lombardi Broco** **Funcionária:** **Sandra Milanez Grechi**.....
- 15 **ITEM I – Verificação do quórum** – Constatado o quórum regimental com a presença de oito
- 16 conselheiros. **ITEM II – Execução do Hino Nacional Brasileiro** – O presidente **Tito Carvalho**
- 17 convidou a todos para ficarem de pé e entoar o Hino Nacional Brasileiro. **ITEM III - Abertura**
- 18 **dos trabalhos e aprovação da pauta** – O presidente **Tito Carvalho** declarou abertos os
- 19 trabalhos, agradeceu a presença de todos e em especial agradeceu a presença do presidente
- 20 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pernambuco – CAU/PE, Roberto Montezuma
- 21 Carneiro da Cunha. Fez a leitura da pauta, dando aos conselheiros que desejassem a
- 22 oportunidade de sugestão de modificação. Não havendo manifestação o presidente submeteu
- 23 a pauta a votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **ITEM IV – Leitura e**
- 24 **aprovação da Ata da 39ª Sessão Plenária Ordinária** – O presidente **Tito Carvalho** propôs
- 25 que a leitura e aprovação da Ata da 39ª Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES seja adiada
- 26 para a próxima Sessão Plenária. Submeteu a proposta a votação e aprovação, sendo
- 27 aprovado por unanimidade. **ITEM V – Palestra com o arq. e urb. Roberto Montezuma,**
- 28 **presidente do CAU/PE: “Estatuto da MetrÓpole – A Cidade do Século XXI”** – O presidente

29 **Tito Carvalho** disse que decorrente das pautas que envolvem questões estratégicas e
30 operacionais, as vezes não há espaço para o plenário refletir com mais maturidade sobre a
31 missão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, mas que é preciso que de tempos
32 em tempos, haja um debate com temas específicos e com maior profundidade possível.
33 Ressaltou que para atender à grande demanda dos profissionais arquitetos e urbanistas a
34 primeira gestão estava voltada a estruturação básica: funcionamento, treinamento,
35 contratação de equipes, legislação, processos, entre outros. O presidente **Tito Carvalho** disse
36 que já na gestão atual, naturalmente foi surgindo a necessidade de dar outras respostas em
37 relação aos questionamentos sobre as cidades e não somente aos profissionais. Enfatizou
38 que a construção de uma resposta coletiva, elaborada pelo Conselho é desafiadora e
39 complexa, mas muito rica. Então nesse sentido, esse desafio não ocorre somente no Espírito
40 Santo, mas no Brasil inteiro. Informou que no intuito de construir essas mensagens para a
41 sociedade, aproveitamos a oportunidade da presença do colega Roberto Montezuma,
42 presidente do CAU/PE, indicado para fazer uma palestra, que ocorreu no dia 22 de agosto de
43 2017, na Universidade Vila Velha, com apoio da Associação de Empresários de Vila Velha -
44 ASEVILA e a Movimento Vida Nova Vila Velha - MOVIVE, em um movimento de qualificação
45 para o debate eleitoral sobre a cidade. O presidente **Tito Carvalho** disse que as associações
46 se prepararam, buscando um nível maior de conhecimento, com a participação do CAU, para
47 conversar com os candidatos as eleições municipais. Esta ação faz parte da Comissão de
48 Política Urbana e Ambiental, que é temporária, mas vai prosperando para construção de um
49 debate permanente com relação à produção das cidades. O presidente do CAU/ES, **Roberto**
50 **Montezuma** agradeceu a acolhida recebida nessa segunda visita ao Espírito Santo e relatou
51 sobre a experiência no curso da AA Architectural Association, na Inglaterra, com um professor
52 filósofo que dizia: *“Como pode os anos 80, a gente desmontar o planejamento das cidades?
53 Não pode uma cidade viver sem planejamento, e acreditar que o planejamento vem só de
54 baixo para cima. Não é possível, porque tem um conhecimento que é específico. Como pode
55 a cidade ser toda feita por pedaços, e depois dar certo? É preciso uma leitura inteira dessa
56 cidade”*, e sobre a experiência de liderar uma pesquisa para montar um livro sobre A
57 Arquitetura Brasileira na comemoração dos 500 anos. O presidente do CAU/ES, **Roberto**
58 **Montezuma** contou que foi convidado para coordenar o 19º Congresso Brasileiro de
59 Arquitetos e em seguida com a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo foi presidente
60 do CAU/PE da primeira gestão em 2012/2014, onde permanece presidente da segunda
61 gestão. Ressaltou que o CAU/PE desenvolveu o projeto estratégico do CAU, criando eixos, e
62 com apoio de duas universidades de Pernambuco foi elaborado uma parceria entre o Brasil e
63 a Holanda para elaboração de um Workshop. Disse que em paralelo, em 2012, o CAU/PE
64 visitou os prefeitos apresentando o documento que foi construído em partes: “para se mudar

65 uma cidade, ela precisa ter conceito, com um planejamento de longo prazo, com um corpo
66 técnico qualificado e permanente discutindo essas coisas, produzindo e revisando, uma
67 gestão democrática de desenvolvimento urbano e territorial”. **ITEM VI – CPOA-CAU/ES:**
68 **Apresentação do documento e ações do CAU/BR e CAU/UF para o debate da**
69 **Arquitetura e Urbanismo na Campanha Eleitoral** – O presidente **Tito Carvalho** passou a
70 palavra para o presidente do CAU/PE, **Roberto Montezuma**. Informou que o Fórum de
71 Presidentes do CAU está discutindo sobre as Eleições Municipais 2016 para produzir um
72 documento oficial do CAU que será encaminhado aos candidatos a prefeito. Disse que o tema
73 da Organização das Nações Unidas – ONU-HABITAT III é “A Cidade que Precisamos” e o
74 CAU está elaborando um documento internacional para contribuir nesse debate. Enfatizou
75 ainda que o documento está sendo construído a nível nacional, mas que a realidade de cada
76 região deve ser respeitada. E o documento deve sensibilizar os gestores e toda a sua equipe
77 para uma transformação, no momento em que os movimentos sociais estão exigindo
78 mudanças, a discussão não é mais arquitetura isolada, mas arquitetura que forma a cidade.
79 Sugeriu ao presidente Tito Carvalho que apresentasse o documento elaborado pelo CAU/BR
80 para apresentar aos prefeitos. O presidente **Tito Carvalho** solicitou que a gerente geral
81 Patricia Cordeiro realizasse a leitura do documento e sugeriu que o plenário fizesse algumas
82 reflexões ao longo da leitura: Essa mensagem nos representa? Devemos utilizar uma parte,
83 por inteira ou transformar e adequá-la? Até que ponto cada um de nós, no seu ambiente do
84 dia a dia está disposto a propagar a mensagem? Até que ponto conseguiremos mobilizar as
85 escolas para promover esse debate? Considerando uma comunidade de 2.500 profissionais
86 e 3.000 alunos aproximadamente, onde cada um dia divulgue para duas ou três pessoas,
87 facilmente um público de 20.000 pessoas serão atingidas. A gerente geral **Patricia Cordeiro**
88 fez a leitura da *“Carta aberta aos candidatos a prefeitos e vereadores. Qual a Cidade que*
89 *Precisamos? Impacto pela Qualidade das Cidades.”* O conselheiro **Marco Romanelli** relatou
90 algumas considerações referente ao documento apresentado, destacando alguns pontos do
91 documento que considera que mereçam reflexão. Questionou o uso da expressão
92 “transportes públicos”, para evitar a interpretação de que se reivindicam sistemas de
93 transporte financiados exclusivamente pelo estado. Questionou também a expressão
94 “plano na escala da quadra, da rua e do lote”, afirmando que, nessa escala, seria mais
95 adequado o conceito de “regulamento”, até porque é a noção que embasa a gestão que
96 efetivamente aplicada nas cidades, apesar de quase sempre ser chamada de “plano”.
97 Sobre as assim chamadas “fachadas ativas”, lembrou que, em se tratando do comércio e
98 dos serviços voltados para a rua, não tem a mesma chance de sucesso em qualquer
99 localização, porque dependem dos fluxos da rua. Sobre as “favelas”, mencionou que o
100 texto pode dar a entender que a requalificação desses espaços só depende de arquitetura

101 e equipamento, sem atentar para a necessidade frequente de revisão completa da
102 delimitação dos espaços públicos. No tocante às licitações de projetos, lembrou que a
103 licitação somente técnica é o concurso, uma vez que, nessa modalidade, o preço é
104 previamente acertado. Finalmente, fez ponderações sobre a tradição brasileira que
105 chama os diversos regulamentos urbanísticos de “planos” e, assim, não percebe que, na
106 verdade, vive sem os planos verdadeiros. O presidente do Sindarq-ES, **José Carlos**
107 **Loureiro** elogiou o texto e fez algumas considerações: tem uma contradição no início do texto
108 dizendo que “eu quero arquitetura e urbanismo para todos”, mas na parte principal onde mais
109 falta arquitetura e urbanismo (nas favelas), tem uma passagem superficial. Disse que se fala
110 sobre mobilidade, mas esquecem que as pessoas que moram no alto, são mais pobres, mais
111 velhas e sobem 400 degraus de escadas, e que é preciso repensar o processo de
112 planejamento e urbanização de favelas, porque não é só qualificar o espaço, mas tem que
113 falar de qualidade, mobilidade, arquitetura e urbanismo para todos mesmo. Ressaltou que o
114 Ministério das Cidades já criou vários planos que foram engavetados porque não há uma
115 conexão entre o plano e uma equipe técnica para implementar o que foi pensado. Propõe que
116 o último parágrafo seja mais incisivo neste aspecto. O conselheiro **Paulo Glória** disse que
117 faria duas pequenas considerações no texto. Na parte que fala: “*sustentável modelo de*
118 *crescimento que colapsou*”, onde substituiria a palavra crescimento por desenvolvimento,
119 porque crescimento não é desenvolvimento. Uma cidade pode-se desenvolver sem crescer
120 ou mesmo tendo uma diminuição, como ocorrido com a queda do muro de Berlim, a cidade
121 Leipzig teve um maior índice de desenvolvimento, mesmo tendo perdido 60% dos domicílios.
122 E na parte que fala: “*crescimento pessoal e coletivo*”, também substituiria por
123 desenvolvimento. Disse que crê que o maior problema das cidades hoje é a descontinuidade
124 de planos ou regulamentos e que Vitória se tornou uma das cidades mais bonitas do Brasil,
125 porque começou a utilizar os planos plurianuais, dando continuidade, independentemente de
126 cor partidária, como também acontece na cidade de Recife/PE. O conselheiro **Alberto**
127 **Kirchmayer** ressaltou que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo é uma autarquia federal
128 criada em defesa da sociedade, não dos arquitetos e urbanistas, não da arquitetura, mas que
129 para a sociedade é importante que seja executada de boa forma essa arquitetura e que o
130 CAU/ES deve além de fiscalizar e aperfeiçoar a parte burocrática do Conselho, também deve
131 contribuir nesse debate. Disse que achou o texto um pouco estatizante no seguinte aspecto:
132 devido à falta de recursos financeiros da maior parte dos municípios, não podemos esperar
133 investimentos em obra e infraestrutura, principalmente em transporte coletivo, se não for
134 contemplado o investimento privado para contribuir nesse desenvolvimento. Concluiu dizendo
135 que se os arquitetos e urbanistas fizessem parte da cadeia produtiva e participasse do
136 processo do mercado imobiliário (construtores, empreendedores e empresários) poderiam

137 contribuir com mais qualidade. O conselheiro **André Abe** disse que em muitos casos não
138 adianta atacar alguns desses problemas citados pelo presidente do Sindarq-ES, José Carlos
139 Loureiro, porque outros virão como consequência das questões estruturais que permanecem.
140 Para transformação da terra em mercadoria, não se dá somente pelo mercado imobiliário, se
141 dá em todos os níveis, inclusive pelo favelado. Ressaltou que a existência de planos e de
142 técnicos não seria garantia suficiente para que houvesse governabilidade, mas que o papel
143 desse Conselho é lutar para que hajam conceitos e demonstrações técnicas, principalmente
144 no quesito territorial, onde há regulamentações, mas não há um desenho amplo, no sentido
145 físico, natural e social. A falta de planejamento e de plano são questões socioeconômicas e
146 políticas. A arq. e urb. **Maria de Lourdes Oliveira** concordou que o plano diretor não é plano
147 nem regulamento, e que a função social das cidades da propriedade está estabelecida no
148 plano diretor pela constituição, não sendo um processo simples a mudança do nome.
149 Concorda também que a arquitetura e urbanismo deve ser para todos, mas não há uma
150 contextualização explícita da forma de alcançar o todo. Ressaltou sua preocupação com
151 relação a representatividade na composição dos Conselhos das cidades. Achou
152 conceitualmente a carta muito interessante, mas para cidades maiores. Relatou que durante
153 a Conferência das Cidades, visitou alguns municípios pequenos, onde os problemas maiores
154 são na área rural, mas o Plano Diretor só contempla a área urbana. Disse que os arquitetos
155 e urbanistas devem se debruçar para levar infraestrutura para estes municípios, porque a
156 integração da cidade com a área rural só existe no papel, no estatuto da cidade. A conselheira
157 **Mônica Binda** relatou que a elaboração da carta é um posicionamento que o CAU deve ter.
158 Ressaltou que há ressalvas na carta, mas a mesma é válida para identificar, discutir e resolver
159 os problemas da cidade, como por exemplo as questões das áreas menos favorecidas.
160 Sugeriu uma ação nacional, por parte do CAU/BR, para elaboração de uma lei exigindo que
161 haja arquiteto e urbanista em cada prefeitura para que os planos e/ou planejamentos possam
162 ter continuidade. A conselheira **Regina Signorelli** relatou que a fala “arquitetura e urbanismo
163 para todos” é um jargão, com uma amplitude que não passa a ideia consistente, onde todos
164 os problemas das cidades e prefeituras foram descritos, resultando em uma extensa carta.
165 Baseando-se na sua experiência em prefeitura, questionou qual o momento para falar sobre
166 as questões das licitações para implantação de escolas, unidades de saúde ou outros
167 equipamentos, onde há desapropriação das áreas, elaboração dos projetos, execução de
168 obras, afastamento, taxa de ocupação e análise do sistema viário sem uma integração das
169 secretarias municipais, levando a implantação sem um estudo sobre a cidade, como um todo.
170 Apontou como um problema a falta de integração entre os diversos técnicos de uma prefeitura
171 com qualificações diversas, mas que se encontram fisicamente separados. Acredita que falta
172 no texto a integração dos arquitetos e urbanistas junto com a sociedade para planejar e

173 resolver as questões da cidade, exemplificando a requalificação e revitalização do Centro de
174 Vitória. O conselheiro **André Luiz** relatou que é um ideário que seria importante a realização,
175 mas como projeto que instigue a sociedade e pontualmente instigue esse momento pré-
176 eleitoral. Considerou um curto prazo para envolver os candidatos a prefeito e a vereador, que
177 no caso da capital ainda há a revisão do Plano Diretor Urbano em andamento. Descreveu a
178 situação particular da capital ser uma metrópole com apenas 80 quilômetros quadrados e os
179 municípios vizinhos passam por dentro da ilha para se descolarem, compondo uma interação
180 e integração feita em função de um sistema viário, tendo os nós pontuais: o adensamento da
181 cidade, a questão da expansão, que se não for tratada eminentemente pelos cinco municípios
182 mais próximos dentro da Região Metropolitana da Grande Vitória ficará mais delicada a
183 questão do crescimento. Disse que o CAU deve utilizar os canais de comunicação para dar
184 ampla publicidade a este documento, realizando uma ação extremamente dinâmica para que
185 haja uma maior permeabilidade por todos os órgãos de governo ou sociais. A conselheira
186 **Clemir Meneghel** relatou que se sentiu contemplada por várias pessoas, principalmente na
187 questão da assistência técnica. Concordou com a conselheira Regina Signorelli na questão
188 do jargão “arquitetura e urbanismo para todos”. Participou de duas revisões do Plano Diretor
189 Urbano – PDU de Vitória, em 2006 e 2016 e constatou que a cidade está partida, onde há
190 uma diferença entre o lado leste (uma orla urbanizada) e o lado noroeste da baía de Vitória.
191 E que para enfrentar estas diferenças a prefeitura de Vitória busca regulamentar o PDU, com
192 a participação da população, dos próprios órgãos públicos e das entidades. Disse que temos
193 a proposta técnica, mas há uma barreira política para atravessar. E que está em uma grande
194 batalha na prefeitura de Vitória para tentar implantar a outorga onerosa: tentar ter o recurso
195 de uma área já consolidada para tentar implementar e distribuir esse desenvolvimento.
196 Ressaltou que faltou no texto, a questão da assistência técnica, da representatividade e da
197 forma. Não de capacitação, mas de uma eficaz representação dos conselhos, das
198 universidades e das entidades para qualificar as participações e as discussões. Expressou o
199 sentimento pela ausência do conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes para poder
200 contribuir, até porque ele faz parte desse fórum. O presidente **Tito Carvalho** disse que é
201 inevitável ao lermos esse documento e pensarmos nas provocações que nos faz, e que
202 extrapolemos os objetivos dele. Fez alguns comentários em relação ao documento
203 apresentado e convidou a reflexões sobre o objetivo desse documento e o papel do CAU. O
204 cons. **Alberto Kirchmayer** entende que o papel do CAU tem que ir além de fiscalizar e neste
205 momento não há como esperar do CAU com apenas cinco anos de existência, a mesma
206 resposta de uma instituição que tem 80. A expectativa sobre o CAU é absolutamente diferente
207 da expectativa quando se fala do CREA. Até porque nossa lei se propôs a evoluir, já que teve
208 a oportunidade de ter como pano de fundo a lei 5.194/66. O presidente **Tito Carvalho** reforçou

209 que não tem como ter uma fiscalização que queira valorizar a cidade sem pensar na
210 arquitetura e urbanismo. A reflexão sobre o papel do CAU é permanente e há a necessidade
211 de dosagem entre o pragmatismo e a utopia: temos que ser pragmáticos, saber conversar
212 com outro lado, mas tendo uma utopia como pano de fundo, pois são os arquitetos e
213 urbanistas quem deve propor para a sociedade a cidade que ela merece. O presidente do
214 Sindarq-ES, **José Carlos Loureiro** disse que a ideia do documento é genial e está bem
215 colocada. Ressaltou que os custos para se ter médicos e professores no município são do
216 governo federal. E igualmente ocorre com a questão da mobilidade e da assistência técnica,
217 onde o recurso não passa pelo município, mas pelo estado. É preciso vender um escopo de
218 ideias para os prefeitos e buscar recursos que já estão previstos ou são de competência dos
219 governos estadual e federal. O presidente **Tito Carvalho** relatou sobre o desafio de conversar
220 com os não arquitetos e urbanistas, cujo tema foi muito debatido nos seminários promovidos
221 pelo Fórum de Presidentes do CAU e pela Comissão de Políticas Urbanas e Ambientais –
222 CPUA-CAU/BR, em Brasília/DF. O primeiro seminário pensava nesse desenho da cidade,
223 ministrado pelo arq. e urb. Gustavo Restrepo, que podemos trazê-lo para compartilhar essa
224 informação, e no segundo seminário, o foco era apresentar este documento e conversar com
225 outros segmentos da sociedade. Lembrou de algumas falas recentes sobre a questão da
226 economia e como muda-la. Disse que *“a economia não fala do concreto, fala de uma*
227 *expectativa futura”*. Ela se transforma em algo agora. *“Por que a gente não pode vender para*
228 *o prefeito uma expectativa futura e ser parceiro na busca de uma solução? Você precisa ter*
229 *um equipe para captar recursos”*. Ressaltou que é preciso debater com a Caixa Econômica
230 Federal, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com os prefeitos, através
231 da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo – Amunes para que seja algo
232 muito mais do que simplesmente entregar um documento e ir embora, ou seja, abrir mais uma
233 frente de trabalho que tem: curto prazo, médio prazo, longo prazo, ação local, ação nacional,
234 articulação com outros CAU/UF. O presidente do CAU/PE, **Roberto Montezuma** relatou que
235 após várias reflexões no CAU/BR, chegou-se à conclusão de recuar e apresentar esta
236 primeira estruturação do documento, e questionou se temos musculatura para reestruturar em
237 curto espaço de tempo. Acredita que esse exercício deve ser realizado para que haja um
238 simplificação para melhor entendimento dos prefeitos. Disse que todos os pontos relatados
239 neste plenário tem pertinência e deve ser integrado e ajustado. Concordou com a fala do
240 conselheiro Marco Romanelli, que disse que este documento é um regulamento e não um
241 plano. **Roberto Montezuma** disse que nós mesmos temos que formar um pacto, pois não
242 podemos nos dar ao luxo de perder essa oportunidade. Opinou favorável a sensibilização dos
243 prefeitos para mostrar que somos políticos no sentido da política da arquitetura. Política no
244 sentido de PPP: polis – pacto – projeto; mostrar que nós temos um projeto para a sociedade.

245 O arquiteto está na base, é generalizador. Ele é planejador. Este é o momento que a gente
246 tem de ir melhorando e qualificando e ocupando esse papel histórico de uma profissão que
247 pode voltar a ser profissão de estado. O conselheiro **André Luiz de Souza** relatou sua
248 preocupação em apresentar este documento para os estudantes de arquitetura, cuja carga
249 horária da área de planejamento urbano tem sido reduzida ao indispensável para
250 cumprimento da lei, das regras e das resoluções do Ministério da Educação – MEC. E não vê
251 discussão dentro das instituições de ensino a respeito da cidade. O conselheiro **Alberto**
252 **Kirchmayer** disse que concorda plenamente com a fala do Roberto Montezuma, que não
253 podemos perder essa oportunidade. E questionou quais são as possibilidades que temos:
254 apresentar esse documento, modificar esse documento ou não apresentar documento
255 nenhum? O presidente **Tito Carvalho** considerou os questionamentos pertinentes,
256 apresentados pelo conselheiro Alberto Kirchmayer, e oportunizou aos conselheiros
257 apresentarem propostas referentes ao questionamento. Após as contribuições dos
258 conselheiros, o presidente **Tito Carvalho** submeteu duas propostas apresentadas pelo
259 plenário a votação e aprovação: Montar agenda com os principais candidatos a prefeito para
260 apresentação da carta ou Envio da carta aos candidatos. E após aprovação unânime do envio
261 da carta aos candidatos, o presidente **Tito Carvalho** submeteu a votação e aprovação: se a
262 carta seria enviada conforme recebida pelo CAU/BR ou se o CAU/ES construiria uma nova
263 carta baseada naquela. Uma abstenção do conselheiro Marco Antônio Cypreste Romanelli,
264 dois votos a favor da Carta personalizada pelo CAU/ES dos conselheiros: André Luiz de
265 Souza e Regina Márcia Costa Signorelli e quatro votos a favor do conteúdo na íntegra da
266 Carta do CAU/BR dos conselheiros Alberto Bernabé Kirchmayer, Ana Paula Rabello Lyra,
267 André Tomoyuki Abe e Paulo César Mendes Glória. O presidente **Tito Carvalho** agradeceu o
268 esforço pessoal do presidente Montezuma para estar aqui, ressaltou que este debate foi uma
269 oportunidade fantástica, que essa troca de experiências foi enriquecedora. **ITEM VII - Outros**
270 **assuntos** – Não houve outros assuntos para serem relatados nesta Sessão Plenária
271 Ordinária do CAU/ES. **ITEM VIII - Encerramento** - O presidente do CAU/ES, **Tito Carvalho**
272 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a quadragésima segunda Sessão
273 Plenária Ordinária do CAU/ES. Para constar, eu, **Márcia Martins Angeli**, que após ouvir a
274 gravação, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os conselheiros no exercício da
275 titularidade, para que reproduza os efeitos legais.

Vitória, 23 de agosto de 2016.

Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho**
Presidente do CAU/ES

Márcia Martins Angeli
Responsável pela transcrição da Ata

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**
Conselheira Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **André Luiz de Souza**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **André Tomoyuki Abe**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Marco Antônio Cypreste Romanelli**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Paulo César Mendes Glória**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Regina Márcia Costa Signorelli**
Conselheira Titular do CAU/ES